



## 0 - INTRODUÇÃO

O documento sobre o Orçamento e Grandes Opções do Plano assinala um momento importante na vida do poder local.

Apesar dos mandatos autárquicos terem a duração de quatro anos, os investimentos públicos e o rumo que se pretende assumir, numa lógica de constante preocupação por melhores condições de vida para a população, não devem estar limitados a essa duração.

Pelo contrário, a visão e a estratégia que se pretende para o nosso concelho deve ser mantida a médio/longo prazo, atendendo a constrangimentos externos, mas também para que haja coerência e estabilidade nos investimentos públicos que se tem vindo a realizar.

Este mandato tem sido extremamente exigente devido às restrições económicas que as autarquias têm sentido, mas sobretudo a nível social em que se assiste ainda a gritantes desigualdades sociais.

Se nos últimos anos procurou-se estancar o problema social, sem esquecer o investimento público, o ano de 2017 será de grande dinâmica para a economia local. A estratégia que temos implementado está a gerar resultados e isso já se verifica ao nível do grande impulso que o turismo está a trazer para o concelho, sobretudo pelo investimento privado que temos sabido atrair e que está a gerar riqueza e mais emprego.

Por outro lado, apesar do quadro comunitário de apoio 2014-2020 estar em vigor, pouco tem se refletido nos nossos investimentos, devido à burocracia na aprovação de projetos e por ainda faltar abrir eixos direcionados para as autarquias. Apesar disso, não queremos ficar à espera e pretendemos avançar com obras estruturantes, assumindo investimentos públicos para continuar com a nova dinâmica que já se assiste na economia local, sem por em causa os limites orçamentais definidos para a nossa autarquia, nem o rigor que temos colocado nas contas públicas.

Em relação a 2017 a prioridade continua a ser a área social, sendo que as funções sociais representam **66,79%** e as funções económicas representam **24,82%** do Plano e Orçamento.

Em relação às despesas correntes, estas representam cerca de 56,147% do total das despesas, onde a maior fatia diz respeito a despesas com pessoal (51,324%), estando previstas abertura de vagas para o quadro de pessoal, enquanto a aquisição de bens e serviços representa 43,097%. Essa situação deve-se sobretudo às prestações de serviço na área da recolha de resíduos, nos programas de apoio social (fundo de emergência social e habitação degradada), às rendas de habitações sociais do programa PROHABITA e do apoio escolar.



Em suma, o Plano e Orçamento de 2017 pretende ser um documento que dê continuidade a uma estratégia bem definida ao nível da captação de investimento privado, sem esquecer as reais necessidades da nossa população, em particular aqueles que mais necessitam, sempre com a preocupação da economia local geral mais emprego e sustentado.